



ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO

A **FUNDACÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA - FUCRI**, pessoa jurídica de direito privado, entidade educacional e filantrópica, inscrita no CNPJ sob o n. 83.661.074/0001-04 e situada na Av. Universitária, nº. 1105, Bairro Universitário, Criciúma/SC, CEP n. 88.806-000, mantenedora da UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC, neste ato representada pela Diretora Presidente da FUCRI e Reitora da UNESC, Profª. Drª. Luciane Bisognin Ceretta, e **UNIVERSIDADE DE LA REPUBLICA (UDELAR)**, situada em 18 de julho 1824 e representada pelo(a) Reitor(a) Rodrigo Arim Ihlenfeld, que delega neste ato a assinatura representada pelo Presidente do Serviço de Relações Internacionais, Gonzalo Vicci Gianotti, conforme resolução 24/2022 de 17 de janeiro de 2022.

CONSIDERANDO que o estabelecimento de relações culturais e científicas apropriadas é a base essencial para o desenvolvimento das funções institucionais universitárias da docência, da pesquisa e extensão;

CONSIDERANDO que os acordos culturais diretos entre instituições universitárias de diferentes países são essenciais para o estabelecimento de relações apropriadas; e

CONSIDERANDO que a Universidade do Extremo Sul Catarinense e a Universidade de la República compartilham o interesse em estabelecer relações para promover o desenvolvimento da educação, a capacitação e a investigação nas áreas comuns a ambas as Universidades,

As partes têm entre si, justo e acertado na melhor forma de direito, o presente acordo de cooperação, nos seguintes termos e condições:

1 DAS DEFINIÇÕES DE INTERPRETAÇÃO

1.1 Neste acordo, salvo situações que demandem interpretações distintas a serem acordadas entre as partes, as seguintes palavras e expressões terão os seguintes significados:

a) **"a data de início"**: significará a data em que o documento for firmado e datado pelos dois representantes autorizados pelas Universidades.



b) "as Universidades": significará a Universidade do Extremo Sul Catarinense e a Universidade de la República.

2 DA VIGÊNCIA

2.1 Exceto configuração de uma das hipóteses de rescisão contratual, este acordo terá vigência de 05 (cinco) anos, a partir da data de inicio, podendo ser prorrogado por igual ou menor periodo, mediante termo aditivo escrito e assinado pelas partes.

3 DO OBJETO

3.1 As partes desenvolverão atividades de cooperação para o fortalecimento de suas relações no que diz respeito a projetos de pesquisa e extensão, e intercâmbios de ensino recíprocos e assistência em seus respectivos campos e áreas de interesse.

3.2 O número e o alcance dessas atividades podem ser incrementados durante o período em que o acordo esteja em vigor.

4 DAS AÇÕES CONJUNTAS

4.1 As partes se comprometem a promover e realizar as seguintes ações de forma conjunta e para um benefício mútuo:

a) Criar e desenvolver conjuntamente projetos de ensino, pesquisa e extensão, em áreas que serão especificadas como comuns para ambas as universidades.

b) Enquanto não estiverem limitadas pela lei ou por obrigações acordadas, intercambiar regularmente material de ensino, pesquisa ou extensão, não confidencial e publicações relativas a qualquer área de cooperação entre as duas Universidades;

c) Promover conjuntamente reuniões de estudo, pesquisa, seminários, cursos e conferências, que se realizarão numa das duas Universidades que subscrevem o contrato;

d) Intercambiar, na base da reciprocidade, docentes, especialistas, técnicos e estudantes para desenvolver atividades acadêmicas e científicas integradas;

e) Realizar programas de estudo integrados para os estudantes e para quem realiza projetos de ensino, pesquisa e extensão;



f) Desenvolver programas para a transferência de tecnologia.

5 DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÃO

5.1 Enquanto não estiverem limitadas pela lei ou por obrigações acordadas, as Universidades se comprometem a trocar informação não confidencial, incluindo publicações relativas à estrutura e à organização das Universidades que subscrevem o presente acordo, com o propósito de incrementar o conhecimento recíproco.

6 DA ASSISTÊNCIA E FACILITAÇÃO

6.1 Cada uma das partes, de acordo com suas próprias leis e regulamentos, se comprometerá a assegurar que a outra parte receba assistência e facilitação em seu país, para permitir que as tarefas acordadas sejam cumpridas.

7 DO INTERCÂMBIO

7.1 Mediante acordos específicos, as Universidades realizarão intercâmbios de docentes, técnicos e estudantes durante o período de vigência deste acordo, levando em consideração a qualificação profissional e a capacitação do pessoal envolvido, os planos de estudo e os requisitos de compromisso docente e técnico de ambas as partes.

7.2 A duração e o alcance dos intercâmbios estarão de acordo com os regulamentos das respectivas Universidades, o financiamento disponível e o disposto no acordo específico referente à atividade realizada.

7.3 O envio de delegações e especialistas estará sujeito à aprovação da Universidade anfitriã.

7.4 Com o objetivo de colocar em funcionamento o mencionado no item 7.3, as Universidades devem notificar-se, com antecedência mínima de dois meses, a lista dos especialistas e/ou técnicos candidatos, com o devido programa de visitas e o *curriculum vitae et studiorum* de cada candidato.

7.5 A instituição de origem estará autorizada a pré-selecionar os inscritos provenientes de sua instituição para o intercâmbio. A instituição anfitriã se reservará o direito de tomar a decisão final com relação à admissão de cada candidato aceito para o



intercâmbio, com base no *curriculum vitae et studiorum* do candidato.

7.6 Excepcionalmente, nos casos de programa de intercâmbio de docentes e pesquisadores, os gastos de viagem deste poderão ficar a cargo da Universidade de origem, enquanto que os custos de estadia serão assumidos pela Universidade anfitriã, desde que expressamente regulamentado em instrumento jurídico específico entre as partes.

8 DOS ACORDOS ESPECÍFICOS

8.1 Cada projeto específico a ser desenvolvido em função do presente Convênio deverá ser formalizado mediante acordo específico, que detalhará: o objeto da atividade, os objetivos a serem alcançados, o quantitativo de docentes, especialistas, técnicos e estudantes que participarão da atividade, o tempo de execução, os recursos disponíveis e o financiamento das atividades.

8.2 Os acordos específicos serão firmados pelos responsáveis legais de ambas as Universidades.

9 DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

9.1 A resolução de possíveis controvérsias provenientes da interpretação e da execução deste acordo, as partes tentarão resolver os seus litígios através de negociação direta. Em caso de insucesso, os eventuais litígios serão remetidos para o será confiada a um corpo de árbitros composto por um membro designado por cada uma das Universidades que subscrevem este Acordo, e por um membro eleito por mútuo acordo.

10 DA RESCISÃO

10.1 Havendo descumprimento de qualquer disposição deste acordo por uma das partes, salvo força maior, a parte adversa poderá notificá-la a fim de que sane a irregularidade em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão do acordo.

10.2 O término do acordo se realizará sem prejuízo dos direitos adquiridos e das obrigações das partes.



11 DAS SITUAÇÕES DE FORÇA MAIOR

11.1 Se por motivo de força maior ocorrer o descumprimento de quaisquer das cláusulas, itens, condições ou obrigações do presente acordo, não ensejará reclamações contra tal parte ou não será considerada uma falta de cumprimento deste Acordo. O descumprimento de quaisquer cláusulas, itens, condições ou obrigações decorrentes do presente acordo por motivo de força maior, não ensejará direito de reclamação contra quaisquer das partes.

12 DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

12.1 As partes obrigam-se a obedecer a Lei 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, bem como com a lei 18.331, especialmente no que concerne à confidencialidade dos dados pessoais e/ou sensíveis que são confiados a uma das partes pelos titulares de tais dados, sendo, posteriormente, compartilhados para que a outra parte proceda com seu tratamento por força e para os fins deste termo de cessão.

12.2. As partes asseguram que empenharão esforços mútuos e individuais para garantir que sejam adotadas medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, de situações acidentais ou qualquer forma de tratamento inadequado, necessárias ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.

12.3. As partes asseguram que adotam regras de boas práticas e de governança, garantindo que o tratamento de dados pessoais e/ou sensíveis seja lícito, leal, transparente e limitado às finalidades autorizadas a que se destina.

12.4. As partes ajustam que toda a coleta de dados pessoais e/ou sensíveis é realizada com as medidas necessárias para assegurar a exatidão, integridade, confidencialidade e, quando cabível, anonimização, bem como garantir o respeito à liberdade, à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, à imagem e demais direitos dos titulares, inclusive o exercício do direito de solicitar acesso, correção e eliminação de dados pessoais e/ou sensíveis armazenados em banco de dados e sistema digital de ambas as partes.



12.5. Por ocasião da extinção do presente instrumento, as partes que houverem recebido quaisquer dados pessoais e/ou sensíveis uma da outra, comprometem-se a eliminá-los imediatamente.

12.6. A presente cláusula continuará vigente por prazo indeterminado, mesmo após a conclusão do contrato ou de sua rescisão.

Em prova de conformidade, as partes assinam o presente acordo em português e espanhol, duas cópias em cada idioma, cada versão com igual valor jurídico.

Criciúma, Santa Catarina, Brasil

Data:..... Data:.....

Assinado de forma digital por
LUCIANE BISOGNIN
CERETTA:49037811000
Dados: 2024.07.29 11:36:03 -03'00'

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE
CRICIÚMA**

Profª. Drª. Luciane Bisognin Ceretta

**GONZALO
VICCI GIANOTTI**

Firmado digitalmente por
GONZALO VICCI GIANOTTI
Fecha: 2024.07.30 17:27:14
-03'00'

UNIVERSIDADE DE LA REPÚBLICA
Presidente del Servicio de Relaciones
Internacionales

TESTEMUNHAS:

Nome:
Ass.:

Nome:
Ass.:



ACUERDO GENERAL DE COOPERACIÓN

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA - FUCRI, persona jurídica privada, entidad educativa y filantrópica, registrada en el CNPJ n. 83.661.074/0001-04 y ubicado en Av. Universidad, n. 1105, Universitário, Criciúma/SC, CEP n. 88.806-000, patrocinadora de la UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC, representada por el Director Presidente de la FUCRI y Rector de la UNESC, Prof. Dra. Luciane Bisognin Ceretta, y **UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA (UDELAR)**, con sede en 18 de julio 1824 representada por el Rector Rodrigo Arim Ihlenfeld, quien delega para este acto delega la firma en el presidente del Servicio de Relaciones Internacionales (SRI), Gonzalo Vicci Gianotti, según resolución 24/2022 de fecha 17 de enero de 2022.

CONSIDERANDO que el establecimiento de adecuadas relaciones culturales y científicas es la base esencial para el desarrollo de las funciones institucionales universitarias de docencia, investigación y extensión;

CONSIDERANDO que los acuerdos culturales directos entre instituciones universitarias de diferentes países son esenciales para establecer relaciones adecuadas; Es

CONSIDERANDO que la Universidade do Extremo Sul Catarinense y la Universidad de la República, comparten el interés de establecer relaciones para promover el desarrollo de la educación, la formación y la investigación en áreas comunes a ambas Universidades,

Las partes acuerdan entre sí, en la mejor forma de derecho, este acuerdo de cooperación, en los siguientes términos y condiciones:

1 DE LAS DEFINICIONES DE INTERPRETACIÓN

1.1 En este contrato, salvo situaciones que requieran diferentes interpretaciones a ser acordadas entre las partes, las siguientes palabras y expresiones tendrán los siguientes significados:



- a) "fecha de inicio":** significará la fecha en que el documento sea firmado y fechado por los dos representantes autorizados de las Universidades.
- b) "las Universidades":** se entenderá la Universidade do Extremo Sul Catarinense y la Universidad de la República.

2 PLAZO

2.1 Excepto la configuración de una de las hipótesis de terminación contractual, este acuerdo tendrá una vigencia de 05 (cinco) años, a partir de la fecha de inicio, y podrá ser prorrogado por un período igual o menor, mediante enmienda escrita y firmada por las partes

3 DEL OBJETO

3.1 Las partes desarrollarán actividades de cooperación para fortalecer sus relaciones en materia de proyectos de investigación y extensión, e intercambios y asistencia recíproca de enseñanza en sus respectivos campos y áreas de interés.

3.2 El número y alcance de estas actividades podrá incrementarse durante la vigencia del convenio.

4 DE LAS ACCIONES CONJUNTAS

4.1 Las partes se comprometen a promover y realizar las siguientes acciones de forma conjunta y en beneficio mutuo:

- a) Crear y desarrollar conjuntamente proyectos de docencia, investigación y extensión, en áreas que se especificarán como comunes a ambas universidades.
- b) Siempre que no estén limitados por la ley o por obligaciones convenidas, intercambiar periódicamente material docente, de investigación o de extensión no confidencial y publicaciones relacionadas con cualquier área de cooperación entre ambas Universidades;



- c) Promover conjuntamente encuentros de estudio, investigación, seminarios, cursos y congresos, que tendrán lugar en una de las dos Universidades que suscriban el contrato;
- d) Intercambiar, sobre la base de la reciprocidad, profesores, especialistas, técnicos y estudiantes para desarrollar actividades académicas y científicas integradas;
- e) Realizar programas de estudio integrado para estudiantes y para quienes realicen proyectos de docencia, investigación y extensión;
- f) Desarrollar programas de transferencia de tecnología.

5 INTERCAMBIO DE INFORMACIÓN

5.1 Las Universidades, siempre que no estén limitadas por ley o por obligaciones convenidas, se comprometen a intercambiar información no confidencial, incluidas publicaciones relativas a la estructura y organización de las Universidades que suscriben el presente convenio, con el fin de incrementar el conocimiento recíproco.

6 ASISTENCIA Y FACILITACIÓN

6.1 Cada parte, de conformidad con sus propias leyes y reglamentos, se comprometerá a asegurar que la otra Parte reciba asistencia y facilitación en su país para permitir la realización de las tareas acordadas.

7 DEL INTERCAMBIO

7.1 Mediante convenios específicos, las Universidades realizarán intercambios de profesores, técnicos y estudiantes durante la vigencia del presente convenio, teniendo en cuenta la calificación y formación profesional del personal involucrado, los planes de estudio y los requisitos de compromiso docente y técnico tanto de las partes.

7.2 La duración y alcance de los intercambios se ajustará a la normativa de las respectivas Universidades, la financiación disponible y lo establecido en el convenio específico de la actividad que se desarrolle.



7.3 El envío de delegaciones y expertos estará sujeto a la aprobación de la Universidad anfitriona.

7.4 Para hacer efectivo lo señalado en el numeral 7.3, las Universidades deberán comunicarse, con al menos dos meses de anticipación, la lista de especialistas y/o candidatos técnicos, con el debido programa de visitas y el *curriculum vitae et studiorum* de cada candidato.

7.5 La institución de origen estará autorizada para preseleccionar a los solicitantes de su institución para el intercambio. La institución anfitriona se reservará el derecho de tomar la decisión final sobre la admisión de cada candidato aceptado para el intercambio, con base en el *curriculum vitae et studiorum* del candidato .

7.6 Excepcionalmente, en los casos de programas de intercambio de profesores e investigadores, los gastos de viaje del mismo podrán ser sufragados por la Universidad de origen, mientras que los gastos de estancia serán asumidos por la Universidad de destino, siempre que así esté expresamente regulado en una disposición legal específica. instrumento entre las partes.

8 ACUERDOS ESPECÍFICOS

8.1 Cada proyecto específico a desarrollarse en virtud del presente Convenio deberá formalizarse mediante un convenio específico, en el cual se detallará: el objeto de la actividad, los objetivos a alcanzar, el número de docentes, especialistas, técnicos y estudiantes que participarán en el actividad, el tiempo de ejecución, los recursos disponibles y la financiación de las actividades.

8.2 Los convenios específicos serán suscritos por los representantes legales de ambas Universidades.

9 RESOLUCIÓN DE DISPUTAS

9.1 La resolución de las posibles controversias derivadas de la interpretación y ejecución del presente convenio las partes intentarán resolver sus conflictos mediante la negociación directa. En caso de no prosperar, se encomendará las posibles controversias a un cuerpo de árbitros integrado por un miembro



designado por cada una de las Universidades firmantes del presente Convenio, y un miembro elegido de común acuerdo.

10 DE TERMINACIÓN

10.1 En caso de incumplimiento de cualquier disposición de este contrato por una de las partes, salvo fuerza mayor, la parte contraria podrá notificarlo para subsanar la irregularidad dentro de los 30 (treinta) días, so pena de terminación del contrato. acuerdo.

10.2 La terminación del contrato se llevará a cabo sin perjuicio de los derechos y obligaciones adquiridos por las partes.

11 DE LAS SITUACIONES DE FUERZA MAYOR

11.1 Si por fuerza mayor se incumple cualquiera de las cláusulas, artículos, condiciones u obligaciones de este contrato, no dará lugar a reclamaciones contra dicha parte o no se considerará incumplimiento de este contrato. El incumplimiento de cualquiera de las cláusulas, artículos, condiciones u obligaciones derivadas del presente contrato por causas de fuerza mayor no dará derecho a reclamar contra ninguna de las partes.

12 DE LA LEY GENERAL DE PROTECCIÓN DE DATOS

12.1 Las partes se comprometen a cumplir con la Ley 13.709/2018, Ley General de Protección de Datos - LGPD, así como con la ley 18.331 especialmente en lo relativo a la confidencialidad de los datos personales y/o sensibles confiados a una de las partes por los titulares de dichos datos, siendo posteriormente compartidos para que la otra parte proceda a su tratamiento por la fuerza y para los efectos del presente plazo de cesión.

12.2. Las partes aseguran que realizarán esfuerzos mutuos e individuales para garantizar que se adopten medidas de seguridad, técnicas y administrativas, capaces de proteger los datos personales contra accesos no autorizados, situaciones accidentales o cualquier forma de tratamiento inadecuado, necesarias para el cumplimiento de la Ley General de Datos. Protección.



12.3. Las partes se aseguran de adoptar reglas de buenas prácticas y de gobierno, asegurando que el tratamiento de los datos personales y/o sensibles sea lícito, leal, transparente y limitado a las finalidades autorizadas para los que está destinado.

12.4. Las partes acuerdan que toda recolección de datos personales y/o sensibles se realiza con las medidas necesarias para asegurar la exactitud, integridad, confidencialidad y, en su caso, anonimato, así como garantizar el respeto a la libertad, privacidad, inviolabilidad de la intimidad, la imagen y otros derechos de los titulares, incluyendo el ejercicio del derecho a solicitar el acceso, rectificación y eliminación de los datos personales y/o sensibles que se encuentren almacenados en la base de datos y sistema digital de ambas partes.

12.5. A la terminación de este instrumento, las partes que hayan recibido datos personales y/o sensibles entre sí se comprometen a eliminarlos de inmediato.

12.6. Esta cláusula permanecerá en vigor por tiempo indefinido, incluso después de la celebración del contrato o su terminación.

En prueba de cumplimiento, las partes firman este acuerdo en portugués y español, dos copias en cada idioma, teniendo cada versión igual valor legal.

Fecha:.....

Criciúma, Santa Catarina, Brasil

Assinado de forma digital por LUCIANE
BISOGNIN CERETTA 49037811000
Dados: 2024-07-29 11:38:47 -03'00'

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE
CRICIÚMA**

Prof. Dra. Luciane Bisognin Ceretta

Fecha:.....

GONZALO
VICCI GIANOTTI

Firmado digitalmente por
GONZALO VICCI GIANOTTI
Fecha: 2024-07-30 17:26:25
03'00'

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA

Presidente del Servicio de Relaciones
Internacionales

TESTIGOS:

Nombre:

Firmado:

Nombre:

Firmado: